

Marx como herdeiro da filosofia clássica alemã (Algumas notas para a compreensão de *O capital*)

Jesus Ranieri*

Resumo:

A apresentação que ora pretendemos fazer representa um pequeno estudo acerca da modalidade científica empreendida por Marx. Gostaríamos de destacar, na relação de Marx com a filosofia hegeliana, o lugar e o espaço das categorias modais; a relação sujeito-objeto do ponto de vista de um processo que combina interioridade e exterioridade objetivas e subjetivas; a concepção de ciência e sua realização a partir de um método adequado; a relação entre reflexão, reflexo e abstração; a distinção entre realidade e objetividade; a noção de sistema; e o trabalho como centralidade de um processo reflexivo que dá origem em Marx a uma teoria da reflexão ou espelhamento: o atual texto procurará lembrar, enfim, o quanto as categorias lógicas inscritas na crítica da economia política são, em verdade, formas reflexivas que incorporaram teoricamente, pelo pensamento e, portanto, reflexão, a maneira de se constituir de determinações e condicionamentos reais.

Palavras-chave: Hegel; Marx; Trabalho; Abstração; Reflexão.

Marx as the Inheritor of the Classic German Philosophy (Some Notes for Understanding *Capital*)

Abstract:

We present a modest study on the scientific modality undertaken by Marx. We highlight with regard to Marx's relationship with Hegelian philosophy, the place and space of modal categories; the subject-object relationship from the point of view of a process that combines objective and subjective interiority and exteriority; the concept of science and its realization through an adequate method; the relationship between reflection, reflex and abstraction; the distinction between reality and objectivity; the notion of system; and work as the centrality of a reflexive process that gives rise in Marx to a theory of reflection or mirroring. In sum, this text seeks to remind us how much the logical categories inscribed in the critique of political economy are, in reality, reflexive forms that theoretically incorporate, through thought and consequently reflection, the manner of constituting real determinations and conditionings.

Keywords: Hegel; Marx; work; abstraction; reflection.

* Doutor em Ciências Sociais. Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), Campinas-SP, Brasil.
End. eletrônico: jranieri@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1181-1602>

Sob a perspectiva do pensamento de Marx, as abstrações (um isolamento que pretende conhecer características daquelas partes componentes de um todo) se colocam como elementos imprescindíveis, principalmente quando são a medida daquelas ferramentas distintas e complementares no interior do processo de cognição, ou seja, quando se apresentam como entendimento e razão. A relação interna entre os processos geradores dessas abstrações não surge, porém, imediatamente como aporte científico no sentido de compreensão imediata do mundo exterior e de como este último se forma a partir das conexões que o determinam. Há um espaço existente entre a apropriação intelectual da matéria e a avaliação correta a respeito das suas determinações e, portanto, do conjunto formador de sua identidade. Na filosofia de Hegel, a distinção acontece entre aquilo que é o entendimento ou intelecto (*Verstand*) e a razão (*Vernunft*), sendo que somente a segunda é capaz de compreender adequadamente a complexidade e complexificação do real do ponto de vista de sua contraditoriedade interna, ou seja, capaz de decodificar e reproduzir racionalmente a identidade e hierarquia das conexões e determinações – e é importante que se diga que a herança marxiana desse princípio hegeliano tem a ver com a percepção, por Marx, de que a distinção entre entendimento e razão não é o mesmo que a existência de uma duplicidade entre um intelecto puramente empírico em conflito com uma atividade intelectual transcendente e irracional (Lukács, 2018, p. 249 ss). Em outras palavras, entendimento como restrito à determinidade e razão como compreensão de determinações como negações. Nesse sentido, parte significativa do debate travado por Marx com a Filosofia e também com a Economia Política certamente se ancorava no princípio canônico de que a existência social se compõe como unidade, ainda que em termos também sociais esta unidade apareça como contradição, como resultado da interação e integração entre inúmeros processos heterogêneos, que cabe ao sujeito (ou mais ainda: o cientista) compreender. Enfim, que a própria produção social e sua reprodução devem ser compreendidas como unidade.

Como o faz com frequência, Marx adverte aqui contra fazer da unidade última, dialética, contraditória da sociedade, unidade que surge como resultado último da interação entre inúmeros processos heterogêneos, uma unidade homogênea em si, e, desse modo, impedir, por meio dessas homogeneizações simplificadoras e inadmissíveis, seu conhecimento adequado; e, podemos acrescentar, o resultado é o mesmo, quer se trate de uma homogeneização especulativa, quer positivista (Lukács, 2018, p. 331).

Ainda que no caso de Marx (e principalmente o Marx dos “escritos de maturidade”) não preexistia nenhum tipo de nomeação a respeito dessa bipartição, entre entendimento e razão¹, é bastante coerente a forma segundo a qual ele desenvolve sua exposição a partir de um preenchimento contínuo do conteúdo categorial dos elementos que servirão de base para que se compreenda integralmente a constituição tanto histórica quanto lógica do capital. A revelação do conteúdo acontece de maneira paulatina e o esforço da apresentação desse processo combina habilmente o circuito das representações cotidianas dos seres humanos com aquelas determinações que, no mesmo cotidiano, são indispensáveis para a manutenção da valoração e conteúdo simbólico daquelas representações. Mas não somente isso: Marx jamais perde de vista a permanente materialidade que é o lugar por excelência do nascimento de qualquer complexo societário e desta materialidade deriva a qualidade das objetividades engendradas pelas relações humanas mediadas pelo trabalho – matéria e objetividade são também elementos canônicos, na medida em que a consciência é um produto tardio presente na história da própria materialidade e os resultados objetivos desta história podem ser reconhecidos como uma combinação entre concreção e abstração. Nesse caso, a razão aparece, por um lado, como a própria exposição de como acontece a reprodução cotidiana da vida humana fundada numa dada conexão diretiva, formada pela combinação contraditória entre capital e trabalho e, por outro, como comentário dirigido à Economia Política na forma de sua crítica, uma vez que a originalidade da conceituação marxiana da categoria trabalho tem por objetivo solapar a naturalização dos processos históricos de exploração do e pelo trabalho sedimentada por aquela escola econômica. Mas tanto um aspecto quanto o outro não se distinguem no discurso, a não ser em momentos em que a apresentação de especificidades o exija, o que é feito por meio também de um exercício de abstração; na verdade, o grande desafio perpetrado pela crítica da economia política é conseguir fazer da revelação do complexo dialético o

¹ As duas primeiras seções (capítulos 1 ao 4) do livro I de *O capital* dão abertura para o que chamamos aqui de binômio entendimento/razão. E as mesmas seções servirão para o desenvolvimento futuro das exposições não mais marcadas pelo caráter abstrato, mas pela relação entre os diferentes capitais. O embate com a Economia Política no sentido da não apreensão plena do teor do trabalho abstrato e da ocorrência do ‘tempo de trabalho socialmente necessário’ determinando ‘grandezas de valor’ são o fundamento para que se conheça o lugar do dinheiro como parte componente da própria relação-capital. Dinheiro é reflexo do teor das grandezas de valor presentes na mercadoria e nunca determinidade puramente exterior de concessão de valor ou preço aos bens produzidos. A respeito, vide também: “Nossa análise da economia monetária pode apontar para o paralelo encontrado na apresentação de Hegel de sua lógica. Iremos mostrar que o movimento da troca de mercadorias ao valor tem paralelo com sua ‘Doutrina do Ser’; a duplicação do dinheiro e das mercadorias tem paralelo com a ‘Doutrina da Essência’; e o capital, colocando sua atualização no trabalho e na indústria, como ‘forma absoluta’ contém todas as características do ‘Conceito’ de Hegel” (Arthur, 2016, p. 95).

próprio discurso a respeito de sua compreensão, uma vez que ele deve estar adequado à simultaneidade da diversidade do existente, às múltiplas formas de apresentação de um complexo que interage consigo mesmo, mas que pode igualmente ser compreendido a partir de isolamentos (abstrações) simultâneos.

Dessa forma, é preciso que se diga que optamos por essa explanação na medida em que ela é importante para que compreendamos o recurso usado por Marx, em termos teóricos, para sua análise do conteúdo da formação do capital, lembrando que a forte crítica desferida por ele à Economia Política Clássica, assim como à Filosofia, não poderia ser estruturada sem que esse respeito relativo à unidade interna da relação entre concretude e abstração ocupasse o lugar mais sólido e, portanto, central, da própria decomposição daquilo que forma o objeto, posto que essa crítica se desenvolve a partir de uma conexão muito segura entre objetividade, condicionamento da subjetividade, possibilidade e tendência. Em verdade, o trajeto percorrido pelo pensamento para compreender algo que esteja, inicialmente, entre a pura diferença dos elementos que têm predicados distintos e, posteriormente, o muito mais complexo conflito circunscrito na mais feroz contraditoriedade do presente, que é a oposição entre trabalho e capital, se sustenta no fato de que é papel do recurso abstrativo (posto que a dialética em si mesma é o próprio comportar-se do real, à revelia da ferramenta epistemológica desenvolvida para compreendê-lo) refletir sobre e unificar a simultaneidade de determinações que moldam processos sociais específicos e isso só pode ser feito se, agora como antes, o lugar das particularidades puder aparecer de maneira isolada, a fim de que se restabeleça o seu papel material no processo de desenvolvimento social como um todo.

E o ponto central desta originalidade certamente está na atribuição metódica que concede ao *trabalho*, que passa a figurar como categoria central no desenvolvimento de todo o seu sistema. A combinação entre o que Marx chama de *trabalho* nos *Manuscritos econômico-filosóficos* com a categoria *produção*, presente em *A ideologia alemã*, certamente será o ponto de partida para que se compreenda a crítica dirigida ao modo de produção capitalista, assim como a categorização central e persistente que é dada ao próprio *capital*. Reprodução conceitual e produção espiritual aparecem, tanto lá quanto aqui, como fundamentais para o entendimento da particularidade do trabalho, que não é sinônimo de pura elaboração de objetos, mas, em primeiro lugar, uma qualidade única na base humana de sedimentação social, uma vez que não existe trabalho sem abstração – ser genérico e individualidade se apresentam como resultantes da sociabilidade humana e *produção e trabalho* abarcam tanto a economia quanto a maneira segundo a qual a sociedade se desenvolve do ponto de vista da atividade reflexiva (Ranieri, 2011, p. 17-18). Já em *O capital*, nos primeiros parágrafos do capítulo

referente à distinção entre o ‘processo de trabalho’ e o ‘processo de valorização’, este princípio se torna muito claro. A citação é longa e mais do que conhecida e utilizada, mas está no centro daquilo que queremos dizer quando afirmamos que o trabalho é, em realidade, um complexo vinculado à reflexão:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (Marx, 2013, p. 255-256 – colchetes da edição utilizada).

A herança dessa investidura toda surge na forma segundo a qual Marx estrutura o conjunto desta sua exposição em *O capital*, notadamente o livro I, aquele publicado ainda em vida por ele. E foi justamente essa semelhança que tanto nos chamou a atenção: o mesmo respeito que vemos em Hegel na reprodução interna do percurso do objeto, revelada através de categorias lógicas sempre baseadas na efetividade do ser social, reaparece no cuidado dispensado por Marx às

categorias econômicas, apresentadas num contínuo processo de preenchimento de novos conceitos ou categorias cujo papel fundamental na investigação é o de mostrar o lugar da força movente da sociedade moderna, a sociedade do capital – só que tanto “força movente” quanto “capital” são elementos cujos conteúdos estão constituídos a partir da montagem de seu próprio processo de condicionamento e determinação, no qual a especificidade do trabalho humano entra como parte ineliminável, porém com particularidades que não se repetem em qualquer outro momento histórico e nem exclusivamente de um ponto de vista da economia pura. Da mesma forma, a exposição lógica em *O capital* tem, no limite, uma função formal, ao contrário da percepção hegeliana, que subsume às categorias lógicas o próprio espírito criador da gênese do real. Mas se trata de uma ‘formalidade’ que auxilia na apresentação do problema e indica os caminhos para a sua solução, na medida em que há um contínuo ajuste explanatório entre o papel do elemento exposto e sua relação com o desenvolvimento do todo, estando um e outro sempre subsumidos à materialidade de um processo maior, que é obrigação da investigação científica expor.

A leitura nos faz ver que a insistência, logo nos capítulos iniciais, em confrontar duas mercadorias a partir da sua equivalência na comparação dos tempos de trabalho é na verdade a tentativa de mostrar que essa equivalência não se coloca diretamente e somente entre mercadorias qualitativamente distintas na troca direta entre uma e outra, e muito menos que cada uma é trocada a partir do cálculo referente ao gasto interno do tempo de trabalho necessário para a sua produção; ao contrário, é justamente a medida das grandezas de valor que nos faz ver que todas as mercadorias podem ser trocadas o tempo todo e que a referida medida do tempo de trabalho socialmente necessário é que garante a entrada na circulação de toda e qualquer mercadoria nova, posto que a lógica de incorporação dos tempos de trabalho é já parte componente de um sistema cujo fundamento está no surgimento, manutenção e determinação da produção a partir do já citado trabalho abstrato, ou seja, a constituição do processo de trabalho como sendo um processo não só unificado, mas também único do ponto de vista de sua qualificação interna, que é a possibilidade ilimitada da troca através da quantificação universal dos tempos de trabalho à revelia de sua qualidade concreta. A universalidade da troca dependerá não da circulação em si, mas da qualidade do processo produtivo: a unidade deste processo inicia mesmo na produção, sendo a troca a forma efetiva através da qual a relação entre força de trabalho e trabalho abstrato funde a identidade do sistema a partir da possibilidade da riqueza se formar como combinação constituída, a um só tempo, entre trabalho livre e trabalho não pago.

É preciso notar sempre que nas entrelinhas do texto de Marx é que aparece a novidade e especificidade do novo modo-de-produção², identidade que determina o processo de produção do capital como dependente da relação entre força de trabalho e trabalho abstrato. E isso é recorrente no autor: a marca do novo está no preenchimento constante das qualidades dos elementos que o caracterizam; uma definição só aparece (e é bom lembrar que o recurso a definições é muito pouco usado no conjunto de *O capital*) quando esse preenchimento já está suficientemente avançado para que compreendamos a totalidade do argumento³. Nesse sentido, é importante entender que a fragmentação da força de trabalho como propriedade do trabalhador livre é garantida por uma economia jurídica que estabelece o teor da relação como compromisso jurídico perfeito, ou seja, o confronto entre vontades iguais e soberanas.

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho [...] No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo,

² “[O capital] só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção”. E ainda, como nota de pé à citação supra: “O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho” (Marx, 2013, p. 245).

³ Assim, por exemplo: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. (Marx, 2013, p. 242 – colchetes da edição utilizada).

transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela (Marx, 2013, p. 242-243).

Em *O capital*, através de um exercício lógico, mas sem dúvida também histórico, Marx demonstra a novidade do momento econômico a partir de um processo que se consolida em função da profundidade e profusão da expropriação, que se torna cada vez mais universal, ao mesmo tempo em que se transforma, no tempo e no espaço, em um processo social absolutamente totalizante, moldando à sua forma o conjunto das relações humanas, seja em nível da abstração e do reflexo, seja em nível da organização social do processo de trabalho e produção material como um todo. E isso sem dúvida acontece em virtude da relação agora estabelecida entre o caráter da troca e o perfil da produção, tendo a força de trabalho criadora de valor como a força movente do modo de produção.

Não é a troca que cria a mais-valia, mas um processo graças ao qual o capitalista obtém *sem troca*, sem equivalente, gratuitamente, o tempo de trabalho cristalizado em valor. E esse processo não é nada além do gozo pelo capitalista do *valor de uso da força de trabalho*, que tem a qualidade de produzir valor bem além do seu equivalente de seu próprio valor de troca, de seus próprios gastos de manutenção, uma vez dado o nível determinado de produtividade do trabalho, sem o qual o modo de produção capitalista seria inconcebível (Mandel, 1968, p. 86-87).

Da mesma forma (e aqui estamos ainda tratando do recurso expositivo), o uso, assim como o elevado nível, das abstrações desenvolvidas por Marx pode nos enganar com alguma frequência. Pode-se dizer que ao enveredar pela exposição daquilo que é o valor, Marx demonstra que a novidade é qualificada justamente pelo processo universal de expropriação e que, portanto, a realização do valor não está restrita ao ‘chão de fábrica’, mas à sua efetivação a partir do próprio processo de trabalho, que se transforma gradualmente em processo de formação de valor e, depois, em processo de valorização⁴ – chega a ser redundante a exposição

⁴ “Assim, quando se considera o valor do fio, ou o tempo de trabalho requerido para sua produção, todos os diferentes processos particulares de trabalho, que, separados no tempo e no espaço, têm de ser realizados para, primeiramente, produzir o próprio algodão e a quantidade de fusos necessária à fiação e, posteriormente, para obter o fio a partir do algodão e dos fusos, podem ser considerados fases diferentes e sucessivas de um e mesmo processo de trabalho. **Todo o processo contido no fio é trabalho passado**” (Marx, 2013, p.264-265 – grifos nossos).

de Marx no que diz respeito ao processo de valorização do valor, sempre com o cuidado de mostrar quais esferas fora do ambiente fabril são atingidas pelo referido processo de produção e reprodução do valor, o que nos leva a entender que, para Marx, há uma distinção fundamental entre capital fabril e capital industrial. Igualmente, a circulação simples não necessariamente remete a tipos de intercâmbio restritos a sociedades econômica e politicamente rudimentares, mas é parte da demonstração de como se compõe o próprio processo de troca sob o capital constituído, considerando-se, em primeiro lugar a subordinação formal e, depois, a subsunção real do trabalho ao capital – a realização M-D-M e, posteriormente, D-M-D, já é uma forma de exposição da troca e reprodução universal, sob diferentes tipos de capital, efetivamente desenvolvidas nos livros II e III subsequentes, com especial ênfase para este último, onde as referidas abstrações virão a servir como base de uma exposição agora mais centrada em processos materiais dinâmicos e efetivos.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, essa demonstração só pode ser feita (para que se conheça o processo no seu conjunto) se levarmos em consideração um artifício muito eficaz do qual Marx lança mão, que é o de ancorar a exposição em conceitos e categorias que sempre remetem à singularidade do processo, como se este último dependesse exclusivamente de atos individuais, numa relação de identidade e não-identidade – aliás, tal procedimento já estava presente na redação dos *Manuscritos econômico-filosóficos*⁵ e é um dos componentes principais daquilo que estamos chamando aqui de *abstração*. Ao preocupar-se em denominar e dar conteúdo, sempre com muito critério, às categorias “mercadoria”, “trabalho”, “trabalho abstrato”, “trabalho concreto”, “valor”, “valor-de-uso”, “valor-de-troca”, “trabalho necessário”, “tempo de trabalho socialmente necessário”, “força-de-trabalho”, “grandeza de valor”, Marx na verdade retém a articulação interna de uma composição que não poderia ser reconhecida, ou melhor, compreendida de uma forma que não fosse através de sua compartimentação conceitual, ao mesmo tempo em que respeita suas conexões: para absorver intelectual e reflexivamente o processo universal de produção econômica da própria humanidade, processo este que só existe e se mantém através de um complexo material de reprodução contínua, é preciso que cada elemento responsável pela hierarquia da referida reprodução seja conhecido segundo a sua função neste processo e, junto com isso, o papel que o qualifica para que desempenhe a referida função; se a identificação do sistema do capital depende de um tipo absolutamente novo de expropriação e essa expropriação depende de um tipo novo de detenção da propriedade, é preciso que se atente para a configuração de ambos, a fim de que se possa reproduzir conceitualmente a anatomia do sistema que eles agora definem. Nesse sentido, conta como elemento mais importante o trabalho como gerador

⁵ Cf. Marx (2004).

de valor, na medida em que Marx percebe que a presença do dinheiro aumenta na circulação e este aumento nada tem a ver com a simples equivalência direta oriunda do processo de troca. Há um elemento que produz riqueza, mas não se configura como parte dela, a não ser enquanto força humana que produz valor sem ser valor.

A leitura possível é, portanto, a de que Marx está sempre tratando da composição do capital do ponto de vista de sua caracterização interna e parte considerável deste tratamento acontece a partir de argumentos que têm por função orientar a pesquisa tendo como ponto de partida aqueles elementos que são componentes de um objeto extremamente complexo – e que precisa ser decomposto para que possa ser adequadamente compreendido. Pode parecer contraditório em princípio, mas como a tratativa científica marxiana não se separa jamais do próprio empreendimento cotidiano do processo de trabalho, do ponto de vista de sua totalização (ainda que submetta este processo a um exercício a um só tempo lógico e imanente, na medida em que o lugar das categorias tem de estar associado ao caráter específico da reprodução), o percurso traçado por Marx inibe toda e qualquer possibilidade de que aspectos paralelos da composição da realidade social tenham a mesma estatura definidora e determinante que tem o próprio capital, pois é este último que se encarrega agora de fundir em novas bases o ser social como um todo – mas essa opção de Marx não está, ao nosso ver, restrita a uma alternativa lógica deliberada e subjetiva; o capital tem mesmo esse poder de reidentificar e reconformar esferas inteiras cuja autonomia não necessitava ser posta à prova em sistemas socioeconômicos anteriores e é por conseguir traduzir isso em exposição científica que podemos afirmar que, em Marx, assim como também em Hegel, permanece como centro e acento da análise a constituição interna e desenvolvimento daquilo que é o objeto próprio da pesquisa científica⁶, incluindo aí o lugar da formação da nova subjetividade que compreende a conformação igualmente recente e absolutamente desigual da objetividade que ajuda a contemplá-la e defini-la. É somente o processo de reprodução social no seu conjunto que nos permite olhar para trás e compreender aquilo que, nele, o distingue, a sua singularidade na comparação com aquilo que é conhecido, mas deixou de ser determinante.

⁶ Vide, por exemplo, o desenvolvimento do conceito de representação (*Vorstellung*) presente no capítulo 3 (O dinheiro ou a circulação de mercadorias) do livro I de *O capital*. Não é possível compreender o lugar dos possuidores de força de trabalho no ambiente da circulação sem considerar que a situação de alheamento e não vínculo (uma insistente colaboração entre *entäussern* e *veräussern*, exteriorizar e vender) aparece como naturalização, pelos agentes da produção, da compra e venda da força de trabalho, o que redundava em decisões cotidianas a respeito das escolhas e da própria conduta. Da mesma forma, a consideração das forças externas, materiais, que em *A ciência da lógica* dão conteúdo ao exercício da reflexão é uma preocupação constante de Hegel ao sugerir que são as determinações-da-reflexão (*Reflexionsbestimmungen*) que movem o mundo do ponto de vista das capacidades ao mesmo tempo abstratas e objetivas. Ali fica bem claro que o ser humano é produto de sua atividade, inclusive intelectual. Vide: Hegel (1995, p. 221-289).

Na verdade, as subjetividades são forçadas a contemplar a sua busca de reprodução da vida segundo a maneira como está agora conformada a nova organização econômica e a complexificação desta organização sem dúvida terá ressonância nas escolhas realizadas na esfera individual. Não há dúvida que a determinação material da vida condiciona em qualquer época histórica o conjunto das interpretações que correspondem à necessidade de dar respostas a cada problema que aparece e se reproduz no cotidiano (assim como a maneira de resolver estes problemas por meio da atividade prática), mas a sociedade do capital produz e passa a contar de tal maneira com soluções mais abstratas e abrangentes, que a própria unidade entre burguês e cidadão é revertida do ponto de vista da serventia que cada um deles tem para a sedimentação eficaz daquela reprodução econômica e sua imanente divisão social do trabalho. Em outras palavras, essa reprodução começa a habitar o pensamento sob a perspectiva da divisão do trabalho não puramente técnica, mas na abstração do lugar que o valor ocupa na realização do fenômeno ao qual cada ser humano tem pertencimento, ou seja, toda e qualquer esfera da vida buscará no esteio econômico a razão de ser de sua autonomia, identidade e legitimidade⁷.

Falar da constituição do valor e quais as suas consequências para o modo de produção é então aquilo que se pode verificar na letra de Marx. Não é à toa que a primeira afirmação no conjunto das reflexões presentes em *O capital* se dirige não exatamente à mercadoria em si, mas à forma de aparecer da riqueza

⁷ Por exemplo, no que diz respeito à produção da riqueza capitalista, na sua especificidade, a relação social de produção capital é o ponto de partida para que se compreenda o caráter dessa riqueza tendo o lucro como seu sinônimo, posto que “o surgimento da taxa de lucro como categoria econômica determinante não é nem uma lei mecânica, independente da atividade econômica dos homens, nem um produto direto dessa atividade. A transformação do mais-valor em lucro, da taxa de mais-valor em taxa de lucro, é na realidade uma consequência metodológica da superação, no Livro III, das abstrações formuladas no Livro I. Mas, como vimos que acontece sempre em Marx, quaisquer que sejam as abstrações e as posteriores concreções, o mais-valor continua sendo a base, só que agora entra numa outra relação, igualmente real, sempre dependente da relação originária. Enquanto o mais-valor é relacionado apenas ao valor da força-de-trabalho e, em consequência, com o capital variável que a põe em movimento em sentido capitalista, o lucro, que imediatamente, mas só imediatamente, é idêntico ao mais-valor em termos quantitativos, é relacionado também com o capital constante. Os atos singulares que realizam a produção, o consumo etc., orientam-se assim, em primeiro lugar, no sentido de aumentar o lucro. Ora, o desenvolvimento das forças produtivas, que necessariamente se manifesta primeiro em pontos singulares, provoca em tais pontos a emergência de um *extraprofit* [superlucro], que naturalmente se torna a finalidade dos atos teleológicos dos produtores singulares; dada a diminuição assim obtida do valor dos produtos, a mercadoria pode ser vendida acima do seu valor e, ao mesmo tempo, a um preço mais baixo do que aquela dos demais produtores. Só num estágio de desenvolvimento que permita a migração – relativamente – arbitrária do capital de um ramo para outro é que uma tal situação pode não conduzir a um monopólio duradouro. Nesse estágio, ao contrário, ocorre um rebaixamento do preço ao nível da máxima diminuição de valor provocada pelo aumento da produtividade. Assim, por um lado, essa possibilidade de migração do capital impõe uma taxa média de lucro e, por outro, no movimento deste último, verifica-se uma tendência à queda contínua, precisamente por causa do crescimento das forças produtivas”. Cf. Lukács (2018, p. 327-328 – colchetes da edição utilizada).

capitalista como “enorme coleção de mercadorias” – a mercadoria é o encaixe, a síntese que nos faz compreender o enquadramento da força de trabalho como motor universal produtor de valor e, por consequência, o lugar da riqueza nessa composição. E, mais do que isso, a intenção de Marx, já nos capítulos iniciais de sua exposição, é mostrar que sua tese não tem a ver com a apresentação de uma teoria geral dos preços, pois valor e preço não são a mesma coisa, ainda que, na troca, a forma preço apareça como realização possível do valor. O valor tem uma presença que o exime de quantificação, ao passo que o preço aparece como representação do primeiro na efetivação da troca. Justamente por ser algo efetivamente novo sob a forma de orientação econômica, é bastante difícil, às vezes, compreender no todo o que o valor significa – ele é objeto de abstração por ter um significado que precisa ser demonstrado e compreendido a partir do seu isolamento (demonstração analítica) com relação ao todo e é abstrato por ser uma relação social que não se resume à consecução e execução empíricas das etapas componentes do processo de trabalho.

O valor não é contemplado por Marx, então, como algo vindo de fora da constituição da mercadoria, mas, ao contrário, ele é parte do produto justamente por causa da presença do trabalho abstrato, o qual é capaz de circunscrever a produção em termos de tempo de trabalho socialmente necessário, que age como princípio regulador do conjunto da produção de mercadorias. Nesse sentido, a determinação da esfera da produção particulariza a esfera da circulação como sendo, esta última, o ponto realizador da vida do capital, do ponto de vista de sua reprodução. A produção se realiza na troca e a reprodução se torna possível porque a capacidade de trabalho não paga renova a cada vez o ciclo da produção de riqueza. Em outras palavras: essa realização tem a ver com a tríade *força de trabalho, trabalho abstrato e dinheiro*, sendo que a abrangência do capital enquanto relação social de produção só pode levar a efeito uma produção generalizada e, portanto, uma troca generalizada com tipos novos e inéditos de mercadorias porque o dinheiro é o espelhamento do valor; não é o dinheiro (o equivalente universal) que atribui preço à mercadoria, mas é a objetivação do trabalho na mercadoria e sua comparação a outros tempos de trabalho socialmente necessários, ou seja, grandezas de valor, que garante a igualdade no interior da troca, gerida por um processo produtivo que explora uma mercadoria que gera valor sem ser, ela mesma, valor, a mercadoria força de trabalho. Em outras palavras, é também por isso que a exposição presente nas duas primeiras seções de *O capital* é a realização do desvendamento do papel do dinheiro, uma vez que este último é espelho do valor e não atribuidor de preço às mercadorias. Nesse sentido, a intenção de Marx é defrontar-se com o fetiche desde as primeiras linhas do capítulo I.

É, portanto, o tempo de trabalho socialmente necessário que se configura como substância do valor e dá às mercadorias o seu caráter de igualdade mediante

as relações mercantis, caráter de possibilidade de troca a partir do conteúdo da grandeza de valor embutida nelas. É importante lembrar, por outro lado, que produção e circulação não são esferas separadas quando falamos do esquema de exposição proposto por Marx em *O capital*. Seria realmente muito difícil pensar na composição da esfera da produção sem levar em conta que ela se realiza na esfera da circulação de mercadorias – a própria produção pressupõe um termo de igualdade entre os seus fatores quando incorpora nela força de trabalho e dinheiro. E se a troca sob o capital não é necessariamente sinônimo de intercâmbio, é dela que depende o conjunto da sua reprodução do ponto de vista da concentração e centralização da própria valorização do valor. E isso não pode ser esquecido quando pensamos na relação estabelecida entre força de trabalho e trabalho abstrato: ainda que o tempo de trabalho socialmente necessário seja uma determinação do trabalho, e não diretamente da troca, é certo que a troca se apresenta no processo de produção como compra e venda de força de trabalho.

Na verdade, a reciprocidade entre produção e circulação aparece em Marx como mais um recurso de sua exposição, na medida em que a unidade do objeto só pode ser rompida para clarear eventuais classificações que existem justamente para confirmar a referida unidade⁸. A relação entre produção e circulação é mo-

⁸ “Trata-se de um lugar comum a afirmação de que, para a ontologia marxista do ser social, cabe à produção uma importância prioritária; mas, não obstante estar correta em termos gerais, essa afirmação, precisamente por ter sido radicalizada nas formulações vulgares, muitas vezes obstaculizou a compreensão do autêntico método de Marx, levando a um falso caminho. Devemos caracterizar com maior precisão essa prioridade e compreender melhor o conceito marxiano de momento predominante no âmbito das interações complexas. [...] Marx analisa as inter-relações reais começando pelo caso mais complexo, o da relação entre produção e consumo. Aqui, como também nas demais análises, o primeiro plano é novamente ocupado pelo aspecto ontológico, segundo o qual essas categorias, embora apresentem entre si, mesmo singularmente, inter-relações com frequência muito intrincadas, são, todas elas, formas de ser, determinações da existência e, enquanto tais, compõem uma totalidade, só podendo ser compreendidas cientificamente enquanto elementos reais dessa totalidade, enquanto momentos do ser. Disso resultam duas consequências: por um lado, cada categoria conserva sua própria peculiaridade ontológica e a manifesta em todas as interações com as demais categorias, razão pela qual tampouco tais relações podem ser tratadas por meio de formas lógicas gerais; cabe compreender cada uma delas em sua peculiaridade específica; por outro lado, essas interações não são de igual valor, nem quando consideradas como pares nem quando tomadas em seu conjunto. Ao contrário, impõe-se, em cada ponto, a prioridade ontológica da produção enquanto momento predominante. Se agora, levando em conta o que acabamos de dizer, examinarmos isoladamente a relação ‘produção-consumo’, veremos que se trata de uma relação muito próxima das determinações de reflexão de Hegel. Essa afinidade metodológica resulta do fato de que, no nível do entendimento, essa interação aparece sempre, mas se apresentando ou como identidade abstraída ou como diversidade igualmente abstrata. Só na perspectiva da razão, que vê as interações concretas, é que esses dois pontos de vista podem ser superados. Mas a afinidade é apenas metodológica. Em Marx, domina o momento do ser: essas determinações são momentos reais de complexos reais em movimento real, e só a partir desse duplo caráter de ser (ser em interação e em conexão complexa e ser ao mesmo tempo no âmbito de sua peculiaridade específica) é que podem ser compreendidas em sua relação reflexiva. Na dialética materialista, na dialética da própria coisa, a articulação das tendências realmente existentes, frequentemente heterogêneas entre si, apresenta-se como solidariedade contraditória do par categorial. Quando se afastam as determinações lógicas e se volta a dar seu verdadeiro significado às determinações ontológicas, efetua-se um imenso passo à frente no sentido da concretização desse complexo relacional uno e dúplice”. Cf. Marx (2013, p. 330-332).

mento não só constitutivo, mas predominante da existência do próprio capital, e não somente do ponto de vista do referido par, mas incluindo também consumo e distribuição – a percepção científica do elemento exposto dependerá sempre da relação existente entre entendimento e razão, da forma como já apontamos antes, pois somente assim é possível compreender o quanto o papel da produção e reprodução econômica é formador do conjunto das esferas que compõem a própria existência humana. E por mais que a maturidade presente nas linhas de *O capital* seja identificada como legítima e definitiva na demonstração da *forma de ser* do novo modo-de-produção, a qualidade da demonstração já estava presente nos *Grundrisse* – texto no qual o papel da mediação aparecia de forma ainda mais incisiva do que no próprio *O capital*, o que reserva para aquela obra uma ligação quase umbilical com os desenvolvimentos teóricos presentes nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Para ser mais preciso: é necessário ter em mente que o desdobramento do discurso de Marx está sempre fundamentado em elementos que não são auto-referenciados, mas estão coligados com a concepção que o próprio Marx tem de desenvolvimento e, conseqüentemente, sobre a consecução deste último do ponto de vista da unidade entre o trabalho e sua determinação pelo capital – o primeiro é ineliminável; o segundo deve ser objeto de supra-sunção. A chamada ‘crítica da economia política’ tem por objetivo programático a exposição desta relação do ponto de vista de sua inserção num panorama científico cuja última intenção está posta na capacidade de assegurar-se a retidão da própria continuidade da existência do ser humano. Ainda que o trabalho esteja submetido ao jugo do capital, a consciência dessa relação é ponto de partida para que a própria dominação seja suprimida, sendo que o teor da supressão se vincula à noção de que a produção não cessa na reprodução econômica da vida, mas se expande na direção do fundamento abstrato das representações que a acolhem e reproduzem. A cientificidade do método de Marx se apresenta em parte como momento de avaliação da potencialidade da subjetividade humana, na medida em que o percurso da objetividade do ser social está fortemente vinculado à produção e reprodução das próprias representações. Ao referir-se à consciência como experiência mediadora na relação estabelecida entre a circulação e o dinheiro, antes mesmo de fazer menção ao lugar da força de trabalho, Marx nos remete ao lugar ocupado por estas representações, estatuindo tanto o pensamento cotidiano como também a intervenção do direito na reprodução da vida. Em outras palavras, Marx toma o capital como o representante, por definição, desta sociabilidade do presente, uma vez que o *valor* não deixou de ser, até agora, o elemento identitário do modo de produção predominante em termos globais.

Referências

- ARTHUR, Christopher. *A nova dialética e “O Capital” de Karl Marx*. São Paulo: Edipro, 2016.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. “I – A ciência da lógica”. In: *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx. De 1843 até a redação de O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- RANIERI, Jesus. *Trabalho e dialética*. Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.